

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/319558047>

MOVIMENTOS SOCIAIS, AGROECOLOGIA E CIRCUITOS NO CAPITALISMO

Article · March 2012

CITATION

1

READS

48

1 author:



Felipe José Comunello

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

7 PUBLICATIONS 1 CITATION

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Em busca do frio: o turismo da região serrana de Santa Catarina [View project](#)



Trabalhar com agroecologia: movimentos sociais e mercados no circuito de maçã agroecológica em São Joaquim/SC [View project](#)

MOVIMENTOS SOCIAIS, AGROECOLOGIA E CIRCUITOS NO CAPITALISMO

FELIPE JOSÉ COMUNELLO

RESUMO *O artigo discute o paradoxo enfrentado por movimentos sociais quando passam não apenas a atuar em terrenos tradicionais da luta política (reivindicação de direitos, organização cooperativa etc.), mas também nos mercados, domínios compreendidos frequentemente como portadores de valores inconciliáveis. A discussão é amparada no argumento de Viviana Zelizer (2005, 2009), para quem tal contradição não corresponde à maneira como as pessoas agem nem no domínio dos mercados nem nos domínios mais pessoais. Tal argumento é desenvolvido a partir de trabalho de campo realizado com agricultores ecológicos e técnicos no município de São Joaquim, Santa Catarina, os quais, a partir da organização da produção em cooperativas e da venda em feiras locais e regionais, passaram também a se relacionar com grandes redes de supermercados.*

PALAVRAS-CHAVE *Movimentos sociais; agroecologia; mercados; circuitos.*

ABSTRACT *This paper discusses the paradox in which social movements are caught when they start acting not only in their traditional arenas, like political wrangle (demand for rights, cooperative organization, etc.), but also when engaging at other arenas as markets, once both arenas are commonly understood as fields with irreconcilable values. The discussion is based on the argument of Viviana Zelizer (2005, 2009) to whom such contradiction does not correspond to the way people act neither in the field of markets nor in the family care. This argument is developed from fieldwork with ecological farmers and experts in São Joaquim, municipality of Santa Catarina, southern Brazil, whom engaging on cooperatives to organize production and saling in local and regional fairs, reached also major supermarket chains.*

KEY WORDS *Social movements; agroecology; markets; circuits.*

INTRODUÇÃO

A expansão de ideologias e de movimentos ecológicos tem tido um paralelo importante desde os anos 1990, que é a abertura de novos mercados para produtos provenientes deles. No que diz respeito aos agricultores ligados a movimentos sociais, sua participação nesses mercados implica conciliar os valores construídos na luta política e social com os termos das relações mercantis. Neste artigo, a partir de trabalho de campo realizado no município de São Joaquim, Santa Catarina, durante o ano de 2009, analiso a relação de agricultores ligados a padres da esquerda católica, a Organizações não Governamentais (ONGs), a ambientalistas e ao Partido dos Trabalhadores (PT) com tais mercados. Foram realizadas 15 entrevistas com agricultores que participaram do processo, dentre os quais produtores e ex-produtores de maçã agroecológica e técnicos que acompanharam o processo. Além disso, documentos históricos das organizações locais foram utilizados para a construção do quadro de análise.¹

1 Com exceção do nome dos técnicos de ONG e empresa pública de pesquisa e extensão rural, todos os demais foram substituídos por pseudônimos com o intuito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

A análise desenvolvida busca contornar a polêmica divisão entre luta social e política de um lado e a opção pelo mercado de outro, que frequentemente engessa os meios acadêmicos, técnicos e políticos. Isso é feito a partir de uma base empírica, na qual se verificou que para os produtores não está em questão se devem ser agroecológicos ou orgânicos, como comumente técnicos, acadêmicos e líderes políticos procuram categorizá-los. Pelo contrário, argumento que essas categorias e outras que porventura surjam (ecológicos é outra frequentemente mobilizada), fazem parte de uma coleção de categorias as quais lhes permitem lidar com valores da luta política e social e dos mercados. Uma espécie de jogo que pode se perceber pela maneira como se lida com o dinheiro obtido com a produção e como se lida com a atuação política. Com isso o objetivo é relacionar os valores políticos e sociais com os econômicos como faces de uma mesma moeda, o que pode ser profícuo para a maneira como se formulam políticas de ação de movimentos sociais, políticas

públicas e quadros teórico-metodológicos nas pesquisas com o tema.

Essas observações estão amparadas em um quadro teórico em que se vê como a agroecologia foi apropriada enquanto bandeira de luta política no quadro dos movimentos de agroecologia (ALMEIDA, 2002), os quais tomaram um rumo comum a vários outros movimentos políticos e sociais na última década, que John Wilkinson (2007) e Corinne Gendron et al. (2009) chamam de “institucionalização econômica dos movimentos sociais”. Discuto como a institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia se deu acompanhada da formação de dois circuitos, conceito elaborado por Viviana Zelizer (2005). No primeiro, o agroecológico, busca-se manter os valores dos movimentos sociais, demarcando-o com símbolos e significados específicos, para separá-lo do segundo, o orgânico, que é onde se dão as transações mercantis em sentido mais estrito, mas que são atravessados por distintas redes sociais, as quais os colocam em relação.

OS MERCADOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS, CIRCUITOS NO CAPITALISMO E OS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS ECONÔMICOS”

Abordar os mercados a partir das ciências sociais implica considerar o papel das relações sociais na realização de transações econômicas. Um sociólogo se tornou referência importante para tais abordagens, o norte-americano Mark Granovetter, considerado o principal autor da chamada Nova Sociologia Econômica. Granovetter é conhecido por demonstrar sociologicamente como a procura por emprego nos Estados Unidos nos anos 1970 se dava, em ampla maioria, através de redes sociais (família, amigos, conhecidos), e não por anúncios de jornais, revistas etc. Granovetter começava a criar uma distância do que eram os estudos sociológicos de mercado de trabalho de então, mais circunscritos à consideração das influências dos atributos dos indivíduos (escolaridade, classe social etc.) na de-

2 *Embeddedness* pode ser traduzido como enraizamento, imersão, incrustação etc., a depender da interpretação de seus interlocutores em língua portuguesa. Para maiores informações sobre a constituição da Nova Sociologia Econômica, ver Philippe Steiner (2006) e Richard Swedberg (2004).

terminação do acesso ao emprego. A partir disso, elaborou um quadro teórico que explica a ação econômica a partir do seu *embeddedness* em relações sociais (GRANOVETTER, 1985).²

Uma abordagem contemporânea importante nas ciências sociais para o estudo dos mercados, tanto no âmbito da Nova Sociologia Econômica quanto em outras disciplinas e subdisciplinas, tem sido proposta por Viviana Zelizer. Zelizer (1992) propôs uma abordagem interdisciplinar para o estudo do mercado que, além de sublinhar o caráter a-histórico e irrealista dos modelos “puros” da macro e da microeconomia (mercado autorregulado), também atente para os múltiplos mecanismos de estruturação social das relações de mercado. A autora elaborou uma abordagem teórica que trouxe novo fôlego à teoria social sobre a economia, a partir da crítica feita ao que denomina de hipótese dos “mundos hostis”. Como aponta Zelizer (2005), tal hipótese segue uma tradição muito antiga de preocupações com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou a contradição entre relações íntimas e impessoais. Segundo a autora, isso poderia ser tratado como senso comum, senão interviesse na nossa forma de compreensão do mundo, pois acarreta algumas distinções muito difundidas, como “empresas capitalistas *versus* economia informal; mercados perfeitos *versus* mercados imperfeitos; economias sérias *versus* economias triviais; e, ai de nós, atividade econômica masculina *versus* feminina” (ZELIZER, 2009, p. 238).

Viviana Zelizer (2005) distingue circuitos de redes por consistirem em interações dinâmicas, com significado e incessantemente negociadas entre sítios (indivíduos, grupos domésticos, organizações, ou outras entidades sociais). Além disso, os sítios incluem meios distintivos (como símbolos localizados ou moeda corrente) e uma série de transferências localizadas e organizadas (como compensações ou presentes). Os circuitos não consistem em modos de vida segregados espacial ou socialmente. Em síntese, “todos os circuitos incluem um limite, materiais

culturais distintivos, e formas particulares de transferência e mediação. E é claro também incluem uma rede – laços e relações particulares” (ZELIZER, 2005, p. 294).

Argumento que esses circuitos podem ser encontrados em ações de muitos movimentos sociais que têm buscado estabelecer parâmetros para relações de mercado com base nos valores que defendem. Um dos mais estudados é o Fair Trade ou Comércio Justo. Para Gendron et al. (2009), tal movimento é o principal exemplo do que chamam de “Novos Movimentos Sociais Econômicos”. Os “Novos Movimentos Sociais Econômicos” pressupõem a emergência, um movimento ou uma mudança nas formas tradicionais de ação dos movimentos, que impliquem “o uso de mecanismos econômicos para responder demandas sociais” (GENDRON et al., 2009, p. 72). Segundo Gendron et al. (2009), entre outras ações desses movimentos, pode-se destacar que

- 1) adaptam os mecanismos econômicos, modelando-os de acordo com seus valores;
- 2) se utilizam do *status* econômico para pressionar os negócios em um nível sociopolítico;
- 3) trocam campanhas de *boycotting* por estratégias de *boycotting* (MICHELETTI, 2003, apud GENDRON et al., 2009);
- 4) deixam de fazer apenas campanhas de educação e conscientização, para adotar medidas de rastreabilidade e rotulagem (*labelling*).

Desse modo, esses movimentos deixam de ter apenas uma “institucionalização política” para ter também uma “institucionalização econômica”. O Fair Trade, como uma das principais expressões dos chamados novos movimentos sociais econômicos, é uma referência para se compreender o movimento de agricultores ecológicos de São Joaquim e sua atuação nos

mercados. Nesse aspecto, é importante observar que não se trata necessariamente de equiparar os movimentos de agroecologia ao Fair Trade, porque existem profundas diferenças que os distanciam. Porém busco analisar aqui um ponto de contato que perpassa os movimentos de agroecologia e o Fair Trade, a ação militante nos mercados. Como apontam Gendron et al. (2009), isso não acontece sem riscos para as bandeiras dos movimentos e a lógica comercial pode alterá-los. Contudo, “o mercado pode ser transformado pela chegada de novos atores respondendo a diferentes lógicas de mercado e livres de uma racionalidade econômica típica” (GENDRON et al., 2009, p. 75).

No que toca aos movimentos de agroecologia, existe uma gama diversa de correntes envolvidas, que, por volta dos anos 1970, estavam identificadas com a chamada produção alternativa (biodinâmica, natural, permacultura etc.). Análise na próxima seção, com base na situação de campo pesquisada, como esses movimentos têm se relacionado em dois circuitos a partir da década de 1990, circuitos os quais são delimitados simbólica e socialmente por dois tipos de certificação, a participativa e aquela por auditoria externa. Não obstante, desenvolvo algumas reflexões em torno de um debate corrente nos meios que formulam teoricamente as concepções sobre o tema, de que haveria fundamentalmente dois tipos de produtores. Os agricultores orgânicos empresariais, que estão muito próximos da agricultura convencional, praticando uma espécie de monocultura verde (uso de insumos externos), para atender a demandas eventuais de mercados, e os orgânicos familiares de pequeno porte (ou agroecológicos, dependendo muito das correntes as quais os definem), estes últimos orientados por uma lógica familiar, produzindo uma diversidade maior de produtos (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

OS MOVIMENTOS DE AGROECOLOGIA, A REDE ECOVIDA E OS CIRCUITOS AGROECOLÓGICO E ORGÂNICO

Segundo Jalcione Almeida (2002, p. 36), “a agroecologia [...] não constitui ainda o que se poderia chamar de movimento social *stricto sensu*, ou seja, uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola”. Com base nisso sugiro que a definição de movimentos de agroecologia é mais adequada para designar movimentos sociais que têm a agroecologia em suas bandeiras políticas e em suas ações diversas, do que outras correntemente usadas, como, por exemplo, movimento agroecológico. Tal definição corresponde, portanto, à existência de um bloco de movimentos sociais, com fins e métodos organizativos específicos, associando-se em diferentes graus e momentos históricos em torno da agroecologia, sem estruturas organizacionais institucionalizadas.

A organização dos movimentos de agroecologia na região de São Joaquim tem um antecedente importante que foi a criação da ONG Centro Vianeí de Educação Popular nos anos 1980. Tal ONG tem um histórico de atuação com pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra, seja assessorando sindicatos de trabalhadores rurais, seja em sua vinculação ao Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), um dos primeiros e mais importantes projetos de sistematização de experiências de produção fora dos cânones da agricultura moderna, institucionalizado pela ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Isso aconteceu quando a experiência do Centro Vianeí foi escolhida para ser acompanhada pelo PTA/Fase em um seminário do projeto em 1983 (DIAS, 2004; LUZZI, 2007). Com o PTA/Fase se estruturou uma rede, que alcançava vários estados do país, de troca de experiências sobre pesquisas e ações que eram levadas a cabo por agricultores considerados tradicionais (LUZZI, 2007).

Segundo Dias (2004, p. 133), no Sul do país, em um primeiro momento se agruparam, além do próprio Centro Vianeí, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), do Rio Gran-

de do Sul; a Rede de Intercâmbio do Paraná (Rureco – Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural para o Centro-Oeste do Paraná); e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessorar). Com o passar dos anos, o enfoque mudou e foi incorporado o termo “agroecologia”. Segundo Luzzi (2007, p. 62), “a terminologia ‘agroecologia’ foi introduzida no Brasil fruto de contatos estabelecidos entre a coordenação do PTA/Fase com representantes de outras experiências de agricultura alternativa na América Latina”. Segundo Natal Magnanti, em entrevista direta, houve um seminário em Lages, sede do Centro Vianei, em que foi discutido esse processo, construído durante toda a década de 1990. Nesse processo a rede PTA foi transformada, e considera-se que, nas palavras de Magnanti, “no caso do sul, a sucedânea da PTA é a Rede Ecovida”. Destaca-se também que nesse novo arranjo ocorreu uma incorporação de organizações de agricultores familiares e camponeses.

A Rede Ecovida pode ser considerada uma formação específica dos movimentos de agroecologia. Mas, mais do que isso, é possível considerar que a própria Rede Ecovida resulta do processo de institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia. Dito de outro modo, é a maneira como os movimentos de agroecologia se organizaram no contexto no qual surgiram os “novos movimentos sociais econômicos”. A interpretação de Valdemar Arl (2007), em um caderno de formação da Rede Ecovida, aponta nesse sentido. Segundo o autor, “conclui-se que a Rede não nasce em 98. Nesta data inicia-se um novo formato organizacional de um movimento agroecológico no Sul do Brasil: a *Rede Ecovida de Agroecologia*” (ARL, 2007, p. 11).

Argumento que é nesse processo de institucionalização que se fundam dois circuitos em que se comercializam os produtos alternativos, o agroecológico e o orgânico, que se expressam fundamentalmente quanto aos modos de certificação. O primeiro está amparado na certificação participativa, postulando os princípios da agroecologia. No Sul do Brasil, a criação da

Rede Ecovida é um dos exemplos mais conhecidos desse tipo de circuito. O segundo está amparado na certificação por auditoria externa, regulado pelo Ministério da Agricultura, sob o signo de agricultura orgânica. É importante assinalar que a certificação por auditoria é comumente rechaçada pelos movimentos de agroecologia, com o argumento amplamente aceito de que esta é desvinculada de princípios de construção de um modelo de agricultura diferente ao da modernização, sendo apenas um processo burocrático para colocar produtos orgânicos no mercado. Essas diferenças são expressas por Santos da seguinte maneira:

A certificação, chamada de maneira redundante de certificação por auditoria, consiste, por definição, num procedimento de avaliação da conformidade onde um organismo de terceira parte (independente da produção e do consumo) atesta por escrito que determinado produto, processo ou serviço está de acordo com as normas ou regulamentos pré-estabelecidos. Já a geração de credibilidade consiste num processo de garantia que se dá através das relações estabelecidas, formais ou informais, entre produtores e consumidores e/ou através da organização de base e das relações em rede, consistindo no que chamamos de Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou, no caso da Ecovida, de Certificação Participativa em Rede (CPR) (2006b, p. 117).

No nível das organizações que, de acordo com essa separação, sustentam os circuitos agrocológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e orgânicos (Mapa, supermercados e agricultores empresários) existe com frequência a postulação de diferentes interesses nas relações de mercado, os primeiros buscando imprimir valores mais equitativos e solidários, os segundos buscando mais propriamente o lucro.

O circuito agroecológico na Rede Ecovida tornou-se mais estruturado com a organização do Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida, em meados de 2006. Essa nova estruturação pode ser vista como um passo a mais na institucionalização econômica dos movimentos sociais ligados à agroecologia. Além da certificação participativa e da distribuição dos produtos nas feiras dos núcleos, as novas normas e o sistema de transportes permitem a circulação dos produtos entre as várias feiras e pontos de venda da rede em toda a região Sul do país. Segundo Magnanti (2008), essa nova estruturação funciona com base em sete estações-núcleos, onde são realizadas reuniões mensais para discutir a política do circuito, planejar as ações, discutir os preços praticados e acertar as transações efetuadas, e para discutir os princípios de funcionamento. Para ele, dois princípios fundamentais orientam e diferenciam esse sistema da lógica convencional de comercialização: a produção ecológica certificada pela Rede Ecovida e a troca de produtos entre os núcleos regionais (MAGNANTI, 2008, p. 27).

Essas resoluções ideológicas se aproximam daquilo que Viviana Zelizer (2005) caracteriza como separação entre “mundos hostis”, realizada pelos membros dos circuitos. Para Viviana Zelizer (2005), a doutrina dos “mundos hostis” está amparada na ideia disseminada entre defensores e críticos do capitalismo de que a esfera econômica está separada da esfera sentimental. A primeira seria o lugar da racionalidade instrumental e da impessoalidade, e a segunda, da intimidade e da solidariedade. Nessa doutrina, esses mundos são hostis, pois, quando se “contaminam” mutuamente, geram, na esfera econômica, favoritismo e ineficiência, e, na esfera sentimental, a quebra da solidariedade. Segundo a autora, essa separação ideológica e moral resulta em um paradoxo, pois, como descrição e explicação de espaços sociais concretos, ela não revela nada. Com isso, trata-se de atentar para as maneiras como as pessoas lidam com os diferentes valores, símbolos e relações sociais de cada circuito.

A PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SÃO JOAQUIM E O SURGIMENTO DA COOPERATIVA ECONEVE

O Brasil é atualmente autossuficiente na produção de maçã. Ela está concentrada em três municípios: Fraiburgo e São Joaquim em Santa Catarina e Vacaria no Rio Grande do Sul. Nesses municípios e em seus entornos, concentra-se mais de 90% da produção de maçã em território nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A concentração da produção nas regiões indicadas acima é influenciada pela necessidade do desenvolvimento da planta de uma determinada quantidade de baixas temperaturas. Especialmente em São Joaquim e região, a frequência de baixas temperaturas durante grande parte do ano é suficiente para as macieiras completarem o ciclo vegetativo. Nessas áreas, até fins da década de 1960 e início da década de 1970, predominavam os campos e a mata de araucária. Com o início dos cultivos de maçã, a produção gerada na década de 1990 se tornou suficiente para atender a demanda nacional e exportar. Nos anos 2000, despontou um processo gestado nas décadas anteriores: a incorporação das preocupações socioambientais na produção. Essa incorporação, no que diz respeito às medidas tomadas por grandes empresas em seus próprios pomares ou em pomares de pequenos e médios produtores sob sua tutela, deu-se através de ajustes no sistema de produção chamado de convencional, como a redução do uso de agrotóxicos com o sistema de Produção Integrada de Maçã (PIM).³ Por outro lado, a resposta à questão ambiental por parte dos movimentos sociais locais foi no sentido de transformação do sistema de produção por meio do banimento de uso de agrotóxicos, aderindo à produção de maçã agroecológica e constituindo a Cooperativa Econeve.

A trajetória da Cooperativa Econeve é exemplar da relação de movimentos sociais e políticos com os mercados. Ela é fruto tanto das lutas políticas no terreno mais tradicional da reivindicação de direitos perante o Estado, como da busca por construir

3 A grande maioria dos pequenos e médios produtores comercializa sua produção com essas empresas através de contratos pelos quais se estabelece um vínculo comparável aos conhecidos contratos de integração, em que o produtor aceita um preço menor e determinadas condições de entrega e pagamento em troca da garantia de que toda a produção será comprada.

mercados para os produtos oriundos da produção articulada aos valores políticos dos movimentos. Contudo, desde o seu formato inicial até o estado atual, a forma de organização da cooperativa foi bastante modificada. Tais modificações responderam em grande medida a necessidades relacionadas aos desafios enfrentados para conciliar a produção agroecológica com a dinâmica de mercado. Para compreender tais modificações e levantar questões importantes em torno da relação luta política e relação com os mercados, é importante levar em conta o contexto das relações entre agricultores e outros agentes envolvidos na criação da Cooperativa Econeve.

O grupo de agricultores agroecológicos de São Joaquim se formou e constituiu a Cooperativa Econeve fundamentalmente com o apoio do Centro Viane e de técnicos da Epagri comprometidos com o desenvolvimento da agroecologia como modo de produção. Vários entrevistados relataram que, em cursos de educação popular realizados pela referida ONG, um dos temas abordados era a agroecologia. Com essa bagagem, a Cooperativa de Crédito Solidário de São Joaquim passou a financiar outros cursos, visitas técnicas, palestras e até a contratação de um agrônomo para o trabalho relacionado à produção de maçã agroecológica.

No período de formação da Econeve, o técnico da Epagri, Elvio Peruchi, emergiu como a figura-chave de articulação da agroecologia nas reuniões em comunidades, capacitações e visitas a outras experiências. Um dos entrevistados, Amadeu Bernardes, quando perguntado sobre o que o motivou a produzir maçã agroecológica, lembra Peruchi como um visionário: “Foi as ideias do Peruchi, que ele, vamos dizer assim, era um visionário, enxergava um pouco mais longe do que nós, os agricultores aqui”. Para outra entrevistada, dona Mariana, Peruchi “era o grande sonhador”.

Se ele tinha uma capacidade de antecipar as oportunidades ou era um sonhador, não temos como analisar aqui. Mas essas

declarações ilustram a importância da atuação dele no início da produção agroecológica em São Joaquim. Em grande medida foi o responsável por articular diversas redes sociais, entre os próprios agricultores e entre estes e outros atores dos movimentos de agroecologia. Peruchi conhecia bem os agricultores e suas relações, depois de muito tempo trabalhando com a produção de maçã convencional e de acordo com o que era verificado em campo; foi dentre os agricultores que vieram a criar a Cooperativa Econeve, um dos principais laços fracos, aquele que é a ligação mais curta entre desconhecidos com potencial para se tornarem conhecidos (GRANOVETTER, 1973).

Os primeiros passos para o surgimento da Cooperativa Econeve foram dados logo após a criação da Cooperativa de Crédito Cresol, quando foi convertido um pomar do Centro de Treinamentos da Epagri de São Joaquim para a agroecologia. Tal pomar se encontrava em uma área destinada à utilização didática, não direcionado à geração de renda econômica, onde se podia experimentar. Nilton Nunes de Jesus, atualmente extensionista do escritório local da Epagri, na época estava locado no Cetrejo. Segundo ele, nesse pomar foram feitos os primeiros testes de produção e treinamentos com os agricultores, dentre os quais a fabricação de calda bordalesa, um dos principais produtos usados na agroecologia.

A família de dona Mariana, que permanece na produção de maçã agroecológica até os dias de hoje, participou de alguns desses cursos e viagens. Seu Antenor, marido de dona Mariana, relata como foram se interessando pela produção agroecológica:

Ela surgiu assim em torno do que o Peruchi demonstrava ali; e daí a própria consciência da gente foi pendendo pra esse lado da saúde, de uma comida mais natural, de quem fosse produzir já não se envolvia ou não se intoxicava. Não teria perigo de se intoxicar. Eu creio que [foi] por aí que a gente pendeu a ideia pra esse lado. Uma vez lançada a ideia, a gente aderiu à ideia, achando que aquilo ali seria o melhor

pra gente, né. Se a gente conseguisse trabalhar, como é que se diz, dentro de uma ótica assim, de mais saudável, de... e quem consumisse esse teu produto [...], também, logicamente ia se beneficiar porque era um produto [...] sem agrotóxicos [...], que não tivesse resíduos de agrotóxicos.

Essa circulação de informações entre os participantes nos cursos, em viagens técnicas, nas conversas e nas demonstrações práticas, foi estimulando as pessoas a produzir maçã agroecológica. Mas outras dificuldades fizeram com que apenas 9 agricultores resolvessem produzir de fato. Esses 9 associados e interessados em produzir batata agroecológica ou apenas a apoiar, chegando a um total de 32 pessoas, fundaram a Econeve em 2001. A criação da Econeve foi acompanhada de perto pela Cresol, com linhas de crédito e assistência técnica aos produtores agroecológicos, no apoio a cursos e viagens, além do que, desde o início, a agroecologia fez parte do conjunto de conteúdos que informaram a ação das pessoas que estavam na Cresol.

Segundo o agrônomo contratado pela Cresol na época, Marcos Martini, em entrevista direta, cerca de 30 pessoas tentaram produzir maçã agroecológica. Mas o resultado das primeiras tentativas de produção foi praticamente nulo, por motivos relacionados a dificuldades iniciais de adesão a um novo sistema de produção. Essas perdas afastaram muitos produtores e foram sentidas de maneira mais contundente pelo agricultor Antônio Peçanha, o primeiro a implantar pomar agroecológico, que não conseguiu renda suficiente para arcar com dívidas relacionadas ao financiamento de suas terras. O relato de Nilton ilustra de certa maneira as dificuldades iniciais enfrentadas pelos agricultores para a conversão de um pomar:

Até o momento a produção orgânica, ela até o momento, comparada com a maçã convencional, ela reduz 50%, porque, assim, a adubação é diferente, é menos quantidade,

você tem que conduzir a planta de forma que seja mais eficiente os tratamentos, é menos adensado. Então ela produz menos. Não tem dúvida. E, na época, quem produziu maçã orgânica não tinha mercado, o mercado era complicado. Então o que aconteceu com o seu Antônio Peçanha [...], ele teve que entrar no mercado convencional. Aí a maçã orgânica, entrando no mercado convencional, ela é uma maçã indústria.⁴

Não é possível afirmar se as perdas do primeiro pomar foram suficientes para desanimar um número maior de produtores decontinuar na produção de maçã, mas é fato que outros produtores que tentaram produzir tiveram que recorrer ao uso de controle químico para a sarna da macieira, e principalmente para o controle da mosca-da-fruta, para não comprometer o rendimento. E os que não o fizeram tiveram que contar com outras rendas para resistir nos primeiros anos de produção. O controle da mosca-da-fruta sem o uso de agrotóxicos se tornou a principal barreira para a continuidade da produção agroecológica da maioria dos produtores. Somente sete produtores mantiveram a produção, tendo ao longo dos anos a produção comprometida pelo ataque da mosca-das-frutas. A persistência desses produtores foi possível graças a seus rendimentos provenientes de outras fontes de renda. Contudo, para além disso, as novas formas organizativas que eles têm constituído colocam em questão as possibilidades dos modos de produção dos movimentos de agroecologia se firmarem e ganharem espaço. Pois, na ausência de soluções tecnológicas eficazes, como pode o projeto subsistir? Argumento que os agricultores encontraram arranjos determinados entre os valores defendidos nos movimentos de agroecologia e as condições de produção e de comercialização que os coloca em tensão tanto com os movimentos de agroecologia, quanto com os agentes dos mercados, porque tais arranjos são realizados na circulação entre os circuitos agroecológico e orgânico.

4 “Maçã indústria” é uma categoria de classificação das frutas de acordo com a qualidade. Refere-se às frutas que podem ser aproveitadas unicamente após serem processadas industrialmente, seja para suco, vinagre ou outros fins. É muito usada por técnicos e agricultores para se referir às frutas que, por terem a aparência prejudicada por algum dano visível na superfície externa (buracos, rachaduras etc.) causado por intempéries, doenças ou animais, não podem ser comercializadas *in natura* devido à perda de valor de comercialização.

DA COOPERATIVA ECONEVE AOS ARRANJOS NOS CIRCUITOS AGROECOLÓGICO E ORGÂNICO

Os arranjos mencionados na seção anterior desafiam o paradoxo a que se refere Viviana Zelizer (2005), resultado da separação ideológica e moral provocada pelo raciocínio dos mundos hostis. Isso porque, apesar de o circuito agroecológico ter sido o primeiro e o principal circuito no qual os produtores de maçã agroecológica de São Joaquim entraram, foi também a partir de onde acessaram o circuito orgânico. O paradoxo aqui é que, enquanto o circuito orgânico é caracterizado moralmente como o circuito do mercado e, portanto, o circuito impessoal, da racionalidade instrumental, e o circuito agroecológico, o da solidariedade, não é possível isolar tais valores na ação desses agricultores.

É preciso levar em consideração a maneira como tais valores são acionados em diferentes momentos, nos quais muitas vezes, por exemplo, a solidariedade exigida para a permanência no circuito agroecológico é acompanhada do interesse pessoal em um futuro negócio no âmbito do próprio circuito agroecológico ou mesmo no circuito orgânico. Isso é uma formulação geral que, para ser mais compreensível, pode ser vista a partir de diferentes aspectos pelos quais os produtores agroecológicos de São Joaquim transitam por ambos os circuitos.

A RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES

A relação com os consumidores dos produtos é um aspecto importante da maneira como são construídos os arranjos. A criação da Econeve foi seguida pela abertura de uma loja no centro do município de São Joaquim. Com essa loja foi experimentado um contato direto com os consumidores, no próprio município de São Joaquim, com a venda de diversos produtos, como relata dona Mariana:

Ela [a Econeve] fez um nome... [...], ela tinha uma lojinha que vendia muito bem. E o nosso produto também ia longe, através dessa Econeve, né [...], nós também comprávamos produtos de fora [...]: salame, vinho [...]; muitos produtos orgânicos também vinham, né [...], muita coisa de Antônio Prado.

Pode-se dizer que as vendas realizadas em São Joaquim fazem parte do circuito agroecológico em um sentido mais estrito, pois mesmo as relações que envolviam a busca do lucro se faziam com base em princípios de equidade. Mesmo os “produtos de fora”, como salame e vinho, que chegavam até a loja da Econeve em São Joaquim, faziam parte desse circuito, que em grande parte era intermediado por outra cooperativa, de abrangência regional, a Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana – Ecoserra. De acordo com Hétel Santos (2006a), a Ecoserra foi criada em 1999 pelo Centro Vianei e os grupos por ele assessorados na região, quando avaliaram que era necessária uma cooperativa para efetuar a compra coletiva de insumos agroecológicos.

Foi então que a Ecoserra surgiu como um importante intermediário dos produtos dos agricultores agroecológicos de toda a região, não apenas de São Joaquim, que eram articulados pelo Centro Vianei. Como mostrou Santos (2006a), no trabalho com os grupos da região, desde 1989 o Centro Vianei discutia a comercialização, e a ideia de comercialização direta foi sempre defendida como a mais importante. Porém a venda direta foi aos poucos se mostrando insuficiente, não apenas porque a produção aumentou, mas também porque produtos como a maçã e a cebola têm pouca saída no mercado regional.

Nesse primeiro momento os produtores agroecológicos de São Joaquim faziam as vendas através da loja da Econeve. A intenção inicial não era fazê-las necessariamente com o intermediário da Ecoserra. A própria Econeve tinha contato, estabelecido na participação em eventos principalmente, com comprado-

res localizados em Curitiba e São Paulo, que embalavam e revendiam para outros pontos de venda. No entanto, com a Ecoserra foi construída uma estrutura para operar as vendas dos produtos da região. Na montagem dessa estrutura, destaca-se o projeto Agricultura Tradicional e Agroecologia: da Subsistência à Inclusão Econômica e Social, financiado pelo Pronaf Infraestrutura (SANTOS, 2006a).

Através dele, a cooperativa teve recursos para construção de um galpão e para a instalação de uma câmara fria, assim como para a compra de um caminhão e de um veículo menor, aquisição de material de escritório (computador, *software*, impressoras, aparelho de telefone, mesa...) e outros equipamentos como balança, seladora, fax, etc. (SANTOS, 2006a, p. 48).

Esse projeto havia sido aprovado no quadro da política de desenvolvimento territorial do MDA para a região. De acordo com Cazella e Búrigo (2008), em 2004, no território Planalto Catarinense, o único pleito que se enquadrou nos pré-requisitos do MDA foi o referido projeto, que os autores identificaram como Arranjo Agroecológico, articulado pela Ecoserra e pelo Centro Vianei, e que recebeu R\$ 140 mil para a concretização de parte da estrutura mencionada anteriormente.

A RELAÇÃO ENTRE OS PRODUTORES

Outro momento dos arranjos seguidos pelos agricultores agroecológicos de São Joaquim foi quando se estabeleceu com o mercado atacadista de São Paulo um vínculo mais notável de todos os produtores da região que integraram inicialmente o circuito agroecológico, marcando assim a entrada dos primeiros no circuito orgânico. Uma das principais exigências para negociar com esses atacadistas é a necessidade de certificação por auditoria. Segundo Santos (2006a), estabeleceu-se uma

divergência entre o Centro Vianeí e a Ecoserra, pois a Direção da Ecoserra estava priorizando o mercado atacadista de São Paulo, enquanto o Centro Vianeí preferia o mercado de venda direta. Segundo a autora, enquanto o mercado atacadista de São Paulo para os agricultores é um potencial de comercialização e de garantia de preços para os seus produtos, para os profissionais do Centro Vianeí esse mercado estimula a especialização em monoculturas (como a própria maçã e a cebola) e as rendas daí providas atendem um número pequeno de produtores.

Essa divergência tem os contornos do que normalmente se vê como um ponto de ruptura entre aqueles que preferem manter as ideias da agroecologia e aqueles que optam pelo mercado. Contudo, no caso da relação entre os produtores da Econeve com a Ecoserra, não se trata absolutamente de uma ruptura o que aconteceu entre os produtores, e entre estes e o Centro Vianeí. As relações que eles passaram a ter desde então se difundiram em diferentes arranjos a partir de diferentes concepções sobre as maneiras de gerir o negócio, de efetuar as vendas e assim por diante. Esse encaminhamento começou a ser delineado já a partir da primeira venda, que foi tumultuada por problemas de perdas dos produtos e por problemas com os pagamentos. Assim, relata Natal Magmanti:

Começaram a discussão, é ou não é, e as primeiras cargas que foram pra lá, foram em caminhão aberto, foram com lona, estragou, deu perda de 30% a 40%, dependendo do produto. [Foram meio no escuro, pra descobrir como é que era?]. Isso aí mesmo. Mas isso foi uma decisão tomada pela decisão da cooperativa. “Oh, vamos construir esse mercado, vamos. Então vamos.” “Vamos mandar brócolis, vamos.” Brócolis enlonado, dois outros dias na estrada, sendo que o caminhão era terceirizado inclusive. Imagina o que deu, né. Mas foi uma decisão tomada e foi executada. [O técnico não está mais aí?] Não, inclusive deu problemas sérios por causa da comercialização com ele. Rolos dos maiores aí.

Um “rolo” nesse sentido se refere à origem de um desentendimento na relação entre a Ecoserra e a Econeve, que tem as causas difíceis de ser precisadas e que aponta para consequências diversas. As causas alegadas pelos entrevistados são devidas a problemas nos pagamentos, a problemas de administração, problemas com as perdas dos produtos e a desconfiança da pessoa que era responsável pelas vendas na época. As consequências foram a diminuição das vendas para a Ecoserra na maioria dos casos, e, em um dos casos, um produtor deixou de vender para ela.

OS “GRUPOS” DE PRODUTORES. A PRODUÇÃO E A POLÍTICA

Nesse período a loja da Econeve também esteve diante de problemas de administração, que resultaram no seu fechamento. Com isso, o insucesso da primeira tentativa de venda direta ao consumidor, no município de São Joaquim, marcou também um novo momento nas vendas indiretas e na diferenciação dos circuitos. Até então, era através da loja da Econeve que se faziam as vendas para compradores. Dali para frente, na prática a Econeve deixaria de existir. Vejamos o que diz Renato:

A Econeve, na verdade, ela não funciona, a Econeve só tem o nome, juridicamente constituída, mas não funciona. Ela existe, tem o grupo, mas nós produtores de maçã somos oito, que estamos dentro da Econeve, mas a Econeve não funciona.

Na prática, passaram a existir apenas os “grupos”, que ora são vistos de um modo e ora de outro. De modo geral, em um “grupo” estão os que frequentemente assumem posições políticas em que veiculam propostas agroecológica no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Câmara de Vereadores, na Secretaria Municipal da Agricultura. Em outro “grupo” estão todos os produtores agroecológicos e é o foco de decisões e ações relacionadas mais estritamente a medidas associativas em torno da pro-

dução (compras de insumos, vendas em conjunto etc.). Um dos entrevistados, por exemplo, na sua classificação, não fez parte do grupo político, mas do grupo da produção:

Eu, na verdade, nunca participei ativamente dos movimentos políticos. Sempre cumpri minha obrigação de eleitor, só. Então eu via a movimentação dentro do PT e... os outros, quase todos, eu não sei o Antenor, mas deve ser porque a dona Mariana também é. [...] o Marcos, não sei. O Amadeu, o Sílvio, dona Mariana, esses são pessoas assim integrantes da cúpula aí do PT [risos]. Bom, eu comecei entrar ali no sistema produtivo e comecei fazer parte do grupo de produção, mas não do grupo político do PT.

É útil distinguir entre grupo da produção e grupo da política para analisar a relação dos produtores com os circuitos, desde a primeira venda no circuito orgânico. Como mencionado anteriormente, as consequências do “rolo” ocorrido na primeira venda foram desde a diminuição da venda da produção via Ecoserra até o encerramento das negociações com ela, porém a Ecoserra é a conexão fundamental com o circuito agroecológico, que a partir de 2006 se estruturou com mais amplitude no Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia.

Os que estão vinculados ao grupo da produção e ao grupo da política ao mesmo tempo vendem suas maçãs tanto no circuito agroecológico, quanto no circuito orgânico. As vendas no circuito agroecológico ficaram de certa forma presas numa sequência de negócios e de compromissos políticos que em um primeiro momento remontam à primeira venda – na qual o problema principal é o atraso no pagamento, dentre outros que tangem a administração e a definição dos preços –, mas pode-se supor que correspondem a “rolos” anteriores. Contudo, esses produtores, que estão vinculados aos dois grupos ao mesmo tempo, preferem negociar pelo menos parte de sua produção com a Ecoserra, para mantê-la em funcionamento. Uma medida que atesta o compromisso com os movi-

mentos de agroecologia. A atuação desses agricultores de acordo com as definições preconizadas pelos movimentos de agroecologia tem um caráter dúbio, pois não é nem estritamente de “agricultor agroecológico” nem estritamente de “agricultor orgânico”.

AS FONTES E O USO DO DINHEIRO

O envolvimento no grupo da política, mesmo que com intensidades diferentes, provoca o estabelecimento de uma distinção nas fontes do dinheiro e na maneira como este é usado (ZELTZER, 1989). Isso ajuda explicar a manutenção das relações com a Ecoserra e pode ser uma maneira pertinente para compreender como se dá a relação entre luta política e ação econômica. É preciso observar as diferentes intensidades de participação no grupo da política. Por exemplo, Renato da Costa, que diz não participar do grupo político do PT, pode ser considerado participante do grupo da política com menor intensidade, pois chegou a participar da Direção da Ecoserra, embora não se envolva nas demais organizações. A distinção que ele faz do dinheiro que provém de vendas à Ecoserra é a seguinte:

É uma questão social, porque, se nós avaliarmos [...], até perdemos bastante por fazer a venda via Ecoserra, pois, veja bem, de 2,50 pra 3,25⁵ são 0,75 centavos que tem de margem. Então, se eu considerar 2,50 pra 0,75, são 30%. É um valor considerável. [E quanto o senhor entregou pra Ecoserra, quanto que isso dá mais ou menos, o percentual em relação ao que vende fora da Ecoserra.] O percentual hoje [...], devo ter entregue uns 12% pra Ecoserra. E o motivo, assim, de eu não entregar mais são questões de pagamento da Ecoserra [...]. Eu tenho 1,1 hectares. Eu produzo na média 40 toneladas.

Já em outro caso, um envolvimento maior com o grupo político pode ser considerado participar do grupo político do PT. Por exemplo, Amadeu, vereador municipal, praticamente deixa a

5 R\$ 2,50 foi o valor recebido nas vendas realizadas via Ecoserra na última safra 2008-2009, enquanto R\$ 3,25 foi o preço pago pelos demais compradores dos mercados atacadistas de São Paulo e Curitiba.

venda de sua produção a cargo de outras pessoas do grupo. Resolveu não negociar mais com a Ecoserra porque chegou ao limite de não receber o produto vendido na safra anterior.

[Vocês são associados da Ecoserra?] Somos associados. [Houve algum problema de administração, de...] Com certeza, de administração. O que é que aconteceu, o que é que deu: os agricultores acabaram perdendo. Isso não foi a primeira vez. Isso aconteceu outras vezes. Esperava que isso fosse acertando, amenizando, e não aconteceu isso. Daí, este ano eu preferi não mandar meu produto.

Seu vínculo com a Ecoserra chegou a ponto de romper a relação de comercialização. Mesmo deixando de negociar com a Ecoserra, pode-se dizer que quem o conecta com o circuito agroecológico são seus companheiros de grupo, que fazem sua venda. Vale ressaltar que essa conexão não se dá necessariamente com a venda direta no circuito agroecológico, pois ele não tem certeza de onde o seu produto é comercializado, porém é provável que sua produção seja comercializada em ambos os circuitos, passando ou não pela Ecoserra depois que está nas mãos de seus colegas. A conexão mais evidente com o circuito agroecológico nesse caso não é a distinção da fonte do dinheiro, mas sim do uso que é feito do dinheiro proveniente da produção agroecológica. Essa conexão aparenta estar vinculada fortemente à construção do projeto da agroecologia, pois não tem uma relação objetiva com os ganhos necessários para sua manutenção na atividade.

[Não tem uma ideia se deu lucro este ano?] Com certeza não [...]. [Mas você pretende continuar?] Pretendo continuar. Acredito no projeto. Acredito que vai dar certo ainda. Se tiver investimento em pesquisa, vai dar certo. Tem tudo pra dar certo.

Combinado ao nível de participação no grupo político, outro recorte que precisa ser feito é relativo às relações de gênero.

Aqui outra formulação de Viviana Zelizer (1989) é importante ser considerada. Ela verificou que, no caso da “mulher casada, o dinheiro desta estava rotineiramente situado à parte do dinheiro real, por uma mistura complexa de ideias sobre vida familiar, por uma mudança na estrutura de poder de gênero e pela classe social” (ZELIZER, 1989, p. 367-368). Este parece ser o caso de um produtor que deixou de entregar a produção para a Ecoserra logo no primeiro problema de atraso no pagamento.

Ele nunca fez parte do grupo político, mas sua esposa sim. Em nosso entendimento, por ele ser o responsável pela produção, sem participar do grupo político, no primeiro problema de pagamento decidiu não mais negociar sua produção via Ecoserra. Desde então sua maçã é negociada exclusivamente no circuito orgânico, apesar de sua esposa ter ocupado nesse período um posto de destaque em uma organização dos movimentos sociais de São Joaquim, podendo ser considerado que ela tinha um alto nível de participação no grupo político.

Ainda foi vendido no ano passado pra Ecoserra; Renato, Carlos [...] Sílvio acho que entregou uma parte também. [Vocês não entregaram mais?] Não, esse ano não entregamos 1 quilo. [Pra Ecoserra, mas pra outros sim, pra...]. [...] Esse ano eu vendi a maçã boa tudo pra Curitiba. [Pra Ecoserra não mais por causa desse problema de pagamento...]. [...] Porque como surgiu esse outro lá [...], e como absorveu toda a produção. [Mas vocês não achavam importante mais negociar com a Ecoserra?] Não, porque daí surgiu outro comércio e era mais...; atrasa também, mas sempre paga.

Esses três exemplos são significativos para ilustrar a relação dos produtores de São Joaquim com os circuitos agroecológico e orgânico. Vale observar que todos participaram e a maioria ainda participa dos dois circuitos ao mesmo tempo. Esse fato foi notado por um dos entrevistados, Sílvio, da seguinte maneira:

Pra mim não tem diferença. Só que existem as linhas, né. Então nós seria agroecológico, porque tem o pessoal mais ligado à Ecovida. Então, por isso que nós tratamos a relação com a agroecologia. Mas a certificação que nós fizemos com a Ecocert é “orgânico”, não é “agroecológico”. Então, é só uma questão de palavras, mas é tudo a mesma coisa. [...] [Mas, assim, em termos de produzir, vocês produzem orgânicos e agroecológicos do mesmo jeito?] É, a mesma forma. [...] [Então, vocês produzem maçã que tanto faz chamar de orgânica ou de agroecológica?] É. Até, na verdade, nós fizemos uma caixa para embalar as maçãs pra vender. Maçãs da cooperativa Econeve. “Maçãs orgânicas, produção agroecológica” [risos].

A meu ver, vender “maçãs orgânicas” de “produção agroecológica” sintetiza de forma criativa uma saída encontrada pelos agricultores agroecológicos de São Joaquim para o paradoxo da atuação dos movimentos sociais nos mercados. Longe de ser uma solução definitiva para a questão, indica a importância de não se negligenciar as diversas maneiras como tais dilemas são vividos.

CONCLUSÕES

Argumentei que os agricultores agroecológicos de São Joaquim estão inseridos em um quadro mais amplo da institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia. Essa institucionalização os coloca diante da atuação em mercados (circuito orgânico) que extrapolam os limites locais e regionais (circuito agroecológico) e que *a priori* não condizem com os valores defendidos no âmbito dos movimentos de agroecologia.

Todavia, destaquei que uma maneira encontrada por esses produtores para circularem tanto no circuito agroecológico, quanto no orgânico é através da distinção na fonte do dinheiro e outra é através da maneira de usar o dinheiro. Através dessas práticas os produtores ordenam sua atuação em um e em outro circuito. Essa questão foi perceptível numa situação de tensão na

relação de pagamento das vendas feitas pelos produtores via cooperativa agroecológica regional.

Para os produtores de maçã agroecológica, o trabalho na produção está intimamente relacionado ao trabalho político. Mesmo que isso seja feito em graus diferenciados de envolvimento, o que envolve uma combinação de trabalho político com trabalho na produção. Essa combinação envolve ganhos incertos; ora se pode obter prejuízo total, ora se pode obter bons lucros.

No entanto, prejuízos e lucros, termos da ciência econômica, não são necessariamente o que determinam a permanência dos produtores na produção agroecológica. É claro que sucessivos prejuízos podem fazer (como fizeram, de fato, com muitos daqueles que tentaram produzir) os produtores desistirem da produção agroecológica, porém a determinação desses produtores para continuar ou não com a produção está menos ligada com o prejuízo ou com o lucro do que com outros fatores, ou melhor, estes estão sempre relacionados aos demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Editora UFPR, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002.
- ARL, V. Uma identidade que se constrói em rede – Rede Ecovida de Agroecologia. *Caderno de Formação*, Lapa, n. 1, jul. 2007.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Editora UFPR, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, Deaer/CPGExR/CCR/

UFSM, ano XV, p. 5-30, jan./jun. 2008.

COMUNELLO, Felipe José. *Os movimentos nos mercados: movimentos de agroecologia em São Joaquim (SC)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

DIAS, Marcelo M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. 2004. Tese (Doutorado) – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro.

FONSECA, Maria. F. de A. C. *A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. 2005. Tese (Doutorado) – Seropédica, UFRuralRJ, ICHS, CPDA.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; OTERO, A. I. The institutionalization of fair trade: more than just a degraded form of social action. *Journal of Business Ethics*, 86, p. 63-79, 2009.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78, p. 1.360-1.380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 81 (3), p. 489-515, 1985.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado) – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro.

MAGNANTI, Natal. J. Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*, v. 5, n. 2, p. 26-29, jun. 2008.

SANTOS, Hétel L. dos. *Construção social de mercado orgânico: o caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense*. 2006a. Dissertação (Mestrado) – Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis.

SANTOS, Luís C. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil: limites e desafios. In: LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. (Orgs.). *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local*. Chapecó:

Argos, 2006b.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n. 2, nov. 2004.

WILKINSON, John. Fair trade: dynamic and dilemmas of a market oriented global social movement. *Journal of Consumer Policy*, special issue, v. 30, n. 3, set. 2007.

ZELIZER, Viviana. The social meaning of money: “special monies”. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 2, p. 342-377, set. 1989,

_____. Repenser le marché: la construction sociale du “marché aux bébés” aux États-Unis (1870-1930). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 94, p. 3-26, set. 1992.

_____. Circuits within capitalism. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The economic sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 289-321.

_____. Dualidades perigosas. *Mana*, v. 14, n. 1, abr. 2009.

FELIPE JOSÉ COMUNELLO – Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) e mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), <felipecomunello@yahoo.com.br>.